

Assentamentos como territórios

Bernardo Mançano Fernandes

Como citar: FERNANDES, B. M. Assentamentos como territórios. *In:* SIMONETTI, M. C. L. (org.) **Assentamentos rurais e cidadania: e a construção de novos espaços de vida.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 177-184. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-142-3.p177-184>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

ASSENTAMENTOS COMO TERRITÓRIOS

Bernardo Maçano Fernandes

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, as pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária têm se multiplicado, contribuindo com melhores compreensões dessa nova realidade de criação e recriação do campesinato e, ao mesmo tempo, de reflexão sobre teorias, métodos, metodologias e técnicas de pesquisa. Em duas décadas, diversas teses, dissertações, monografias, relatórios, livros e artigos foram elaborados e publicados possibilitando diferentes e amplas visões das distintas realidades dos assentamentos de reforma agrária. Estas obras abriram novos espaços para debates e construção de perspectivas de novos procedimentos para maior aprofundamento nas pesquisas e nos estudos de assentamentos.

As principais diferenças das metodologias de pesquisa em assentamentos de reforma agrária estão nas escalas geográficas, em que a maioria é de estudos de caso e poucos em escalas regional ou nacional. Em escala nacional, os estudos ou são por conjuntos de amostragens de algumas regionais ou são por amostragens distribuídas em todos os estados. Outra diferença refere-se às opções pelos estudos das dimensões das realidades dos assentamentos: há prioridades para a pesquisa econômica, sociopolítica, ambiental, cultural, socioespacial entre outras ou a reunião parcial destas. Outra diferença teórica e ideológica refere-se às escolhas dos paradigmas a serem utilizados na interpretação das realidades das famílias assentadas. Alguns estudiosos partem de paradigmas cujos pensamentos determinam que os

assentamentos sejam inviáveis. Outros pesquisadores partem de paradigmas cujos pensamentos determinam que os assentamentos sejam viáveis.

Esses estudiosos encontram realidades diversas com problemas e perspectivas. Os primeiros exploram os problemas e anulam as perspectivas; os segundos analisam os problemas para construir perspectivas. Tem muita gente e instituições que distintamente desenvolvem atividades para justificar permanentemente o fracasso ou o sucesso dos assentamentos. Todos acreditam que suas metodologias e técnicas são as melhores e que chegaram a uma verdade. A partir de diferentes matizes, os grupos de pesquisas, os pesquisadores, as instituições apresentam suas colorações, enquanto algumas para não revelarem suas cores, camuflam-se. Não tão distante destes debates estão as famílias assentadas que a cada ano aumentam em número, conquistando novos assentamentos e seguem seus destinos com cidadania, dignidade, como produtores de alimentos, contribuindo com o desenvolvimento do país e construtores de suas existências, desafiando teorias e metodologias.

O ESPAÇO, SOCIAL E TERRITORIAL: O SOCIOTERRITORIAL¹

O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre, 1991, p. 102. O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da Geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panacéia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaço.

O espaço é uma completude. Como parte da realidade é uma totalidade. É, portanto, multidimensional. Por essa razão e para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o social e o espacial são indissociáveis.

¹ Uma parte modificada dessas reflexões foi publicada em Fernandes, 2005.

Socioespacial ou espaço, socioterritorial ou território são modos de referências e não são diferenças. O espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

O espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da *completividade*. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da *composicionalidade*, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação. As relações sociais, muitas vezes, realizam leituras e ações que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que desfragmentem o espaço e que não restrinjam as qualidades composicionais e completivas dos espaços.

Essa é a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos, 1996, p. 50 na elaboração de uma definição plena de espaço. Santos compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.

As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos são contraditórios e solidários. As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de intencionalidades das relações sociais, que determinam as leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte, o seja, o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como uma fração ou um fragmento.

Essa determinação é uma ação propositiva que interage com uma ação receptiva e a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza. Assim, a

intencionalidade determina a representação do espaço. Constitui-se, portanto, numa forma de poder, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta.

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico.

A intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo.

Desse modo, a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.

DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico,

assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin, 1993, p. 63, como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (geográfico, social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert, 2004, denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Um bom exemplo dessas características está em Oliveira, 1991, nos conceitos de territorialização do capital e monopólio do território pelo capital.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos

são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes possuem o sentido de trunfo que Raffestin, 1993, defende para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios, o conhecimento, como relação social, pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão. Alguns economistas tratam o território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo o território a uma determinada relação social. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”.

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos, que são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

TDR: PROCESSOS GEOGRÁFICOS

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda

quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semana depois o tráfico é reorganizado; Também quando um paradigma entra em crise ou é abandonado e tempos depois é retomado.

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrompido, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente.

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. Outro exemplo é o prédio de um sindicato onde acontecem reuniões para tratar dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, mas também é ocupado com aulas de alfabetização de jovens e adultos e também para a prática de esportes.

Exemplos de territorialidades deslocadas são as reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros territórios. Dois exemplos: pessoas tomando chimarrão em determinados lugares das regiões Sudeste e Nordeste, apropriadas pela população local como resultado da interação e convivência com gaúchos. Pessoas dançando forró, rock ou tango na cidade de São Paulo como resultados da interação e convivências com diferentes culturas.

Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico. Essas mesmas relações produzem espaços sociais diversos, cujos movimentos são manifestados em espacializações e espacialidades. Todavia, esses processos geográficos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação e de fácil identificação.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (Santos, 1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não

é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória. Os processos geográficos também são conjuntos indissociáveis e pode acontecer simultaneamente. Um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Ou diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Desse modo espacialidade e espacialização podem acontecer concomitantemente. Todavia, territorialização e desterritorialização não acontecem com ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer ao simultaneamente em lugares diferentes.

A partir desse breve ensaio é possível fazer várias leituras das territorialidades dos assentamentos. A idéia de socioterritorial que cunhamos aqui compreende desde a luta pela terra até o mercado; da produção agropecuária até à escola, da organização política até a unidade de produção familiar, da infraestrutura até os conhecimentos e as tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos. Estas são algumas dimensões que pesquisamos ao estudar os impactos socioterritoriais dos assentamentos (SILVA, 2006).

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatório Social de America Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, H. The production of space. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- MARTIN, J. Y. Les sans terre du Brésil: géographie d'un mouvement socio-territorial. Paris: L'harmattan, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, A. A. et al. Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanama. São Paulo: INCRA, 2006.